



Número: **0801232-45.2019.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **Juizado Especial Misto de Mamanguape**

Última distribuição : **16/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CARLOS ALBERTO DA PIA (AUTOR)		JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21216389	16/05/2019 10:08	Petição Inicial	Petição Inicial
21216958	16/05/2019 10:08	SCAN_20190516_100504866	Outros Documentos
21580920	30/05/2019 10:29	Carta	Carta
21581352	30/05/2019 10:34	Expediente	Expediente

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE MAMANGUAPE/PB

CARLOS ALBERTO DA PIA, CPF nº 024.509.234-03, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado na Rua Pedro Barbosa, nº 17, Sítio Olho D'água, Capim/PB, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de sua procuradora signatária, conforme instrumento em anexo, mover a presente:

Ação De Cobrança DA DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Em face da LÍDER SEGURADORA DOS CONSORCIOS DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro-RJ, onde deverá ser citada na pessoa de seu representante legal para, querendo, responder aos termos da presente demanda, sob pena de revelia e confissão pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Em virtude da situação Promovente de não poder arcar com as custas, emolumentos e demais despesas processuais e, por preencher os requisitos legais então previstos, a mesma requer, desde já, os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do Inciso XXXIV, do Art. 5º, da Constituição Federal, e das Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86.

I – DOS FATOS

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em **12/01/2019, SAPÉ/PB**, sofrendo lesões corporais, conforme Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: **Fratura no Ombro, conforme laudo médico acostado a exordial.**

Acontece que a parte autora recebeu administrativamente o valor R\$ 1.687,50(hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo datado em 08/05/2019.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional dos membros supra mencionados corresponde ao valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme relatórios médicos acostado em anexo.

-

II- DO DIREITO

O próprio nome do Seguro **DPVAT** é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o **DPVAT** é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório **DPVAT** foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.



As indenizações do **DPVAT** são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 Artigo 8º, que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (**DPVAT**), o **Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito**, ou seja, **da invalidez permanente**, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no Artigo 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez **a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão**. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro **DPVAT** quando resulta de um **acidente causado por veículo** e é **permanente**, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada **integralmente ou em parte**.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

“APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro **DPVAT** na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir



da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação.” **Dado parcial provimento aos recursos.** (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e em Medida Provisória, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo”. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/03/2009)

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o Artigo 789 do novel Código Civil o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 29/08/2008)

“SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que, no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência



para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por *veículos automotores. Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação*". *Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 01/08/2007).*

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista os inúmeros ferimentos, sendo lesões preocupantes no Autor, tais como: **Fratura no Ombro, conforme laudo médico acostado a exordial**, tornando-se evidente assim o impossibilidade de voltar ao serviço, uma vez que permanece debilitado.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação história da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na "*mens legislatoris*", bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da [Constituição Federal](#).

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o [DPVAT](#) merecido pelo Autor não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A citação da **SEGURADORA LÍDER SEGURADORA DOS CONSORCIOS DPVAT**, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;
- b) A condenação da Requerida ao pagamento da diferença do Seguro [DPVAT](#) a parte Autora, no valor de **R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;
- c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica;
- e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes das Leis nº. 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo;
- f) Ao final a total procedência da presente demanda, para o pagamento da diferença do seguro devido ao Autor.

Dá-se a causa o valor **R\$ 11.812,50(onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**

Espera Deferimento.

Sape-PB, 14/05/2019



JOSEANE FELICIANO

OAB/PB 13.030



PROCURAÇÃO "AD-JUDÍCIA ET EXTRA"

Outorgante: CARLOS ALBERTO DA R.D.
nacionalidade: BRASILEIRO profissão ADVOGADO, estado civil:
SOLTEIRO, CPF nº 04.509.234-00, carteira de identidade nº 257.1972,
endereço: Rua Pedro Barbosa
Cidade: CAPIM, Estado: PB.

OUTORGADA: A advogada JOSEANE FELICIANO, OAB/PB 13.030, com endereço profissional na Av. Camilo de Holanda, 475, Sala 102, Centro, João Pessoa, Paraíba.


PODERES: Amplos e ilimitados para o foro em geral, com cláusula "ad-judícia et extra", na instância administrativa e/ou judicial, podendo propor contra quem de direito, a competente ação, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em Juízo ou fora dele, dando tudo por bom, firme e valioso.

João Pessoa, 16 de MAIO de 2019 .

Carlos Alberto da R.D.
OUTORGANTE



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0071375/19

Número do Sinistro: 3190174378

Vítima: CARLOS ALBERTO DA PIA

CPF: 024.509.234-03

Seguradora: COMPREV SEGURADORA S/A

Data do acidente: 12/01/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: CARLOS ALBERTO DA PIA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Declaração do Proprietário do Veículo

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 01/04/2019

Nome: JOSE FLAVIO DE MELO FELICIANO

CPF: 076.706.164-07

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 01/04/2019

Nome: IVANEIDE DE PAIVA FREIRE

CPF: 930.630.914-72

JOSE FLAVIO DE MELO FELICIANO

IVANEIDE DE PAIVA FREIRE





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SAPÉ
Rua Osvaldo Pessoa, nº 81, Centro, CEP 58.340-000.
Telefone: (83) 3283-5949

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE TRÂNSITO

REGISTRO DE OCORRÊNCIA nº 259/2019



Aos TREZE dias do mês de FEVEREIRO do ano de 2019, às 11h58min, nesta cidade de Sapé/PB, e nesta Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Civil **Dr. FREDERICO CLAUDIO DE MELO MAGALHAES**, juntamente comigo, escrivão de seu cargo, aí por volta das 11h58min; compareceu **CARLOS ALBERTO DA PIA, brasileiro, solteiro, natural de Duque de Caxias/RJ**, nascido aos 26/10/74, brasileiro, RG: 521192-7 SSP/MA. filho de Severino Antonio da Pia e de Terezinha Maria da Pia, residente na rua Pedro Barbosa-17- Sítio Olho D'água- zona rural de Capim/PB. Sapé/PB. O QUAL PRESTOU A SEGUINTE OCORRÊNCIA: QUE no dia 12/01/2019, aproximadamente meia noite, o declarante conduzia uma MOTO DE MARCA HONDA/CB X, DE PLACA MOD2559/PB, DE PROPIEDADE DO SR. WILSON LUIS DA SILVA; QUE o declarante vinha no Rodovia que liga a Cidade de Sapé à Capim, que após desviar de um buraco, perdeu o controle e veio ao solo, sendo o mesmo socorrido para o Hospital de Trauma, onde se submetera a uma cirurgia. Era o que tinha a declarar. O referido é verdade, dou fé. Ciente o notificante das implicações legais contidas no Artigo 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal, depois de lido e achado conforme subscreve o presente.

DECLARANTE: Carlos Alberto da Silva Pia

ESCRIVÃ POLICIA: [Assinatura]



CARLOS ALBERTO DA FIA
RUA PEDRO BARBOSA, 17 - OLHO D'ÁGUA
CAPIM / PB CEP: 53297000

Ligação: MONOFÁSICO
Clas/Sbc: RES M C B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA
Rotômetro: 11 - 258 - 533 - 2550
Medidor: 0900988005

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-690
CNPJ: 09.095.183/0001-40 - Insc. Est. 15.015.822-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 025.555.187
C64 para Dth. Automático: 0002274170

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/CNPJ/RANI
Abr/2019 17/04/2019 17/05/2019 024.509.234-03
Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/287417-0

Canal de contato

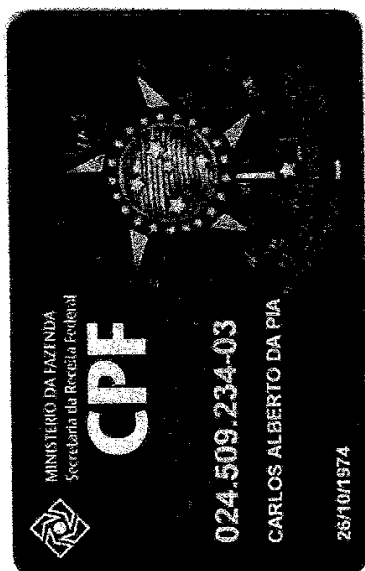
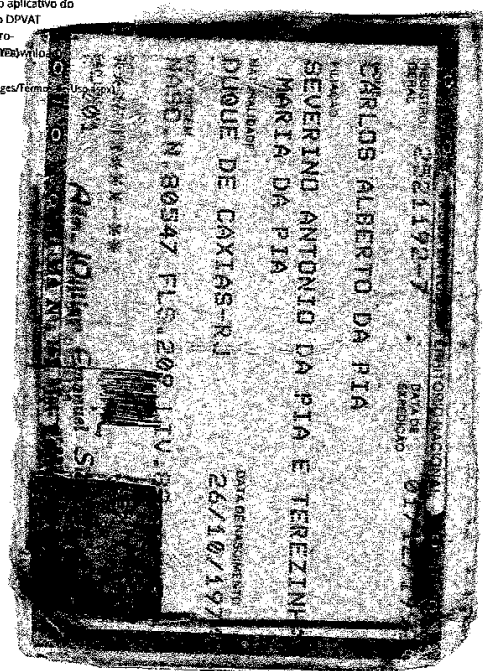
Declaração da Curação Anual de Débitos
Conforme previsto no Art. 12, III, da Lei nº 12.037/2009, o consumidor declara sob as penas da lei que não possui débitos em relação à unidade consumidora referente ao ano de 2018 e nos anos anteriores. Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos anteriores dos débitos do ano a que se refere, e dos anos anteriores.
- Tarifa Social de Energia Elétrica - LSEE foi concedida pelo nº 10.435, de 26 de junho de 2009.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
16/03/19	17234	17/04/19	17281	22
Demonstrativo				
0001 Consumo até 30kVA/h-BR	30.000-0,287890	8,23	8,83	27
0001 Consumo - 31 a 100kVA/h-BR	70.000-0,492540	24,64	24,54	27
0001 Consumo - 101 a 220kVA/h-BR	27.000-0,740300	18,83	18,89	27
0001 Consumo - 221 a 300kVA/h-BR	41.21	41,31	27	11,18
0001 Consumo - 301 a 400kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 401 a 500kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 501 a 600kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 601 a 700kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 701 a 800kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 801 a 900kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 901 a 1000kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 1001 a 1100kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 1101 a 1200kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 1201 a 1300kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 1301 a 1400kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 1401 a 1500kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 1501 a 1600kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 1601 a 1700kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 1701 a 1800kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 1801 a 1900kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 1901 a 2000kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 2001 a 2100kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 2101 a 2200kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 2201 a 2300kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 2301 a 2400kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 2401 a 2500kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 2501 a 2600kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 2601 a 2700kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 2701 a 2800kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 2801 a 2900kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 2901 a 3000kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 3001 a 3100kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 3101 a 3200kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 3201 a 3300kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 3301 a 3400kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 3401 a 3500kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 3501 a 3600kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 3601 a 3700kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 3701 a 3800kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 3801 a 3900kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 3901 a 4000kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 4001 a 4100kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 4101 a 4200kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 4201 a 4300kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 4301 a 4400kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 4401 a 4500kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 4501 a 4600kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 4601 a 4700kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 4701 a 4800kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 4801 a 4900kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 4901 a 5000kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 5001 a 5100kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 5101 a 5200kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 5201 a 5300kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 5301 a 5400kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 5401 a 5500kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 5501 a 5600kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 5601 a 5700kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 5701 a 5800kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 5801 a 5900kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 5901 a 6000kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 6001 a 6100kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 6101 a 6200kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 6201 a 6300kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 6301 a 6400kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 6401 a 6500kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 6501 a 6600kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 6601 a 6700kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 6701 a 6800kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 6801 a 6900kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 6901 a 7000kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 7001 a 7100kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 7101 a 7200kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 7201 a 7300kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 7301 a 7400kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 7401 a 7500kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 7501 a 7600kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 7601 a 7700kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 7701 a 7800kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 7801 a 7900kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 7901 a 8000kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 8001 a 8100kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 8101 a 8200kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 8201 a 8300kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 8301 a 8400kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 8401 a 8500kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 8501 a 8600kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 8601 a 8700kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 8701 a 8800kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 8801 a 8900kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 8901 a 9000kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 9001 a 9100kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 9101 a 9200kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 9201 a 9300kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 9301 a 9400kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 9401 a 9500kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 9501 a 9600kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 9601 a 9700kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 9701 a 9800kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 9801 a 9900kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31
0001 Consumo - 9901 a 10000kVA/h-BR	41,31	27	11,18	41,31

0001 Consumo - 10001 a 10100kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 10101 a 10200kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 10201 a 10300kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 10301 a 10400kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 10401 a 10500kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 10501 a 10600kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 10601 a 10700kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 10701 a 10800kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 10801 a 10900kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 10901 a 11000kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 11001 a 11100kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 11101 a 11200kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 11201 a 11300kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 11301 a 11400kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 11401 a 11500kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 11501 a 11600kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 11601 a 11700kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 11701 a 11800kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 11801 a 11900kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 11901 a 12000kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 12001 a 12100kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 12101 a 12200kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 12201 a 12300kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 12301 a 12400kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 12401 a 12500kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 12501 a 12600kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 12601 a 12700kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 12701 a 12800kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 12801 a 12900kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 12901 a 13000kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 13001 a 13100kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 13101 a 13200kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 13201 a 13300kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 13301 a 13400kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 13401 a 13500kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 13501 a 13600kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 13601 a 13700kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 13701 a 13800kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 13801 a 13900kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 13901 a 14000kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 14001 a 14100kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 14101 a 14200kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 14201 a 14300kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 14301 a 14400kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 14401 a 14500kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 14501 a 14600kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 14601 a 14700kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 14701 a 14800kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 14801 a 14900kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 14901 a 15000kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 15001 a 15100kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 15101 a 15200kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 15201 a 15300kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 15301 a 15400kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 15401 a 15500kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 15501 a 15600kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 15601 a 15700kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 15701 a 15800kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 15801 a 15900kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 15901 a 16000kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 16001 a 16100kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 16101 a 16200kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 16201 a 16300kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 16301 a 16400kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 16401 a 16500kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 16501 a 16600kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 16601 a 16700kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 16701 a 16800kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 16801 a 16900kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 16901 a 17000kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 17001 a 17100kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 17101 a 17200kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 17201 a 17300kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 17301 a 17400kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 17401 a 17500kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 17501 a 17600kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 17601 a 17700kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 17701 a 17800kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 17801 a 17900kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 17901 a 18000kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 18001 a 18100kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 18101 a 18200kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 18201 a 18300kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 18301 a 18400kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 18401 a 18500kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 18501 a 18600kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 18601 a 18700kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 18701 a 18800kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 18801 a 18900kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 18901 a 19000kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 19001 a 19100kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 19101 a 19200kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 19201 a 19300kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 19301 a 19400kVA/h-BR 41,31 27 11,18 41,31
0001 Consumo - 19401 a 19500kVA/h-BR 41,31 27 11,1

pagar.aspx)
 > Pontos de
 Atendimento
 (/Pontos-de-
 Atendimento)
 > Como Pedir
 Indenização (/Seguro-
 DPVAT/Como-Pedir-
 Indenizacao)
 (/Pages/Dicas-
 Indispensaveis-Para-
 Pedir-
 a-Indenizacao.aspx)
 > Dicionário do Seguro
 DPVAT (/Seguro-
 DPVAT/Dicionario-do-
 Seguro-DPVAT)
 > Perguntas Frequentes
 (/Seguro-
 DPVAT/Perguntas%20Frequentes.aspx)
 > Ouvidoria (/Contato
 /Ouvidoria)
 > Canal de Denúncias
 (/Contato/canal-de-
 Denuncias)
 > Mapa do Site (/Mapa-
 do-Site)
 > Baixe o aplicativo do
 Seguro DPVAT
 (/Seguro-
 DPVAT/Perguntas%20Frequentes.aspx)

Termos de uso e política de privacidade (/Pages/Termos-de-Use-e-Politica-de-Privacidade.aspx)





Poder Judiciário da Paraíba
Juizado Especial Misto de Mamanguape
Comarca de MAMANGUAPE

Processo nº 0801232-45.2019.8.15.0231

DESTINATÁRIO(A): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205; RUA SENADOR DANTAS, 74, 5º ANDAR, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Tipo: Una Sala: SALA 1 Data: 03/07/2019 Hora: 10:00

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA: Juizado Especial Misto de Mamanguape

Rua Presidente Kennedy, S/N, Satélite, MAMANGUAPE - PB - CEP: 58287-000

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Processo nº 0801232-45.2019.8.15.0231

AUTOR: CARLOS ALBERTO DA PIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Juizado Especial Misto de Mamanguape, fica Vossa Senhoria devidamente **CITADO(A)** por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Una Sala: SALA 1 Data: 03/07/2019 Hora: 10:00** , ficando advertido(a), desde já, que não comparecimento importará **REVELIA**, reputando-se verdadeiras as alegações do(a) autor(a) e, em **JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**, consoante art. 20, da Lei nº 9.099/95 e 355 do Código de Processo Civil, podendo na oportunidade apresentar resposta, oral ou escrita, e produzir provas documentais ou testemunhais, nos termos ao art. 455 do Código de Processo Civil.

MAMANGUAPE, 30 de maio de 2019

De ordem, ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS DO PROCESSO ACIMA MENCIONADO ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19051610074529600000020625437
SCAN_20190516_100504866	Outros Documentos	19051610074812400000020625706

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

Juizado Especial Misto de Mamanguape

Rua Presidente Kennedy, S/N, Satélite, MAMANGUAPE - PB - CEP: 58287-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE PARA AUDIÊNCIA UNA

Nº DO PROCESSO: 0801232-45.2019.8.15.0231
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: CARLOS ALBERTO DA PIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). JULIANA DUARTE MAROJA, MM Juiz(a) de Direito deste Juizado Especial Misto de Mamanguape, **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: CARLOS ALBERTO DA PIA, através de seu(s) advogado(s) cadastrado(s) no PJE, abaixo indicado(s), INTIMADA(s)** para comparecer(em) neste juízo, no endereço supra, à AUDIÊNCIA UNA (conciliação, instrução e julgamento) designada: **Tipo: Una Sala: SALA 1 Data: 03/07/2019 Hora: 10:00 h**, ficando desde já advertida(s) que o não comparecimento resultará em extinção do processo e condenação em custas processuais, conforme art. 51 e o seu §2º da Lei 9099/95 c/c o enunciado 28 do FONAJE, advertindo-se, ainda, acerca da faculdade de se fazer acompanhar, querendo, por advogado ou, observando-se os requisitos legais, por defensor público, nas causas até vinte salários mínimos, sendo obrigatória a assistência nas causas de valor superior, nos termos do art. 9º da Lei 9.099/95, facultando-se, também, trazer testemunhas e demais provas documentais, nos termos dos arts. 32 a 37 da Lei 9.099/95. **Frustrada a conciliação**, o que constará do respectivo termo, prosseguirá a audiência de instrução e julgamento, com a defesa oral ou escrita, decretação ou não de revelia, juntada de documentos, manifestação das partes, resolução de preliminares e incidentes, porventura, arguidos, depoimentos pessoais e testemunhais, quando necessários, nos termos do art. 27 e seguintes da Lei 9.099/95.

Por fim, fica(m) a(s) parte(s) **INTIMADA(s)** para, até a data da audiência, juntar aos autos toda documentação eventualmente ausente no momento da distribuição, em conformidade com a petição inicial, sob pena de extinção e arquivamento do feito ou redistribuição para unidade competente, tudo com base na legislação vigente, Arts. 320, 321 c/c Art. 485, inciso I do CPC, Art. 8º da Lei 9.099/95, Resolução 55/2012/TJPB e Lei Complementar 96/2010-LOJE. *Documentação necessária, conforme o caso: comprovante de residência em nome próprio, RG, CPF, procuração advocatícia, ata de eleição do síndico, estatuto/regimento condominial, comprovante para fins de enquadramento da empresa nas situações do Art. 8 da Lei 9.099/95, etc.*

Advogado do(a) AUTOR: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO - PB13030

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

MAMANGUAPE-PB, em 30 de maio de 2019

De ordem, ANNA CAROLINA CORDEIRO PEIXOTO DE ARAUJO
Chefe de Cartório